

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 10/2020/TCMPA, de 03 de junho de 2020.**

**EMENTA:** Disciplina os critérios de alimentação e fiscalização dos Portais de Transparência Pública do Poder Executivo nos Municípios do Estado do Pará, vinculados às contratações, despesas e demais procedimentos administrativos, relacionados ao enfrentamento da pandemia do “NOVO CORONAVÍRUS” (COVID-19), conforme inteligência das [Leis Federais nº 13.979/2020](#) e nº [12.527/2011](#) e dá outras providências. (Errata publicada no DOE TCM PA nº 812 de 06/07/2020, p. 2)

O **TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ**, no uso das atribuições constitucionais que lhe são conferidas, bem como no exercício do poder regulamentar de matérias de sua atribuição no âmbito de sua competência e jurisdição, na forma do art. 2º, II, da [Lei Complementar nº 109](#), de 27 de dezembro de 2016 e do art. 3º, do [Regimento Interno \(Ato nº 16/2013\)](#), por intermédio desta Instrução Normativa, de cumprimento obrigatório;

**CONSIDERANDO** a plena vigência da [Lei Complementar nº 101/2000](#) (LRF) e da [Lei Federal nº 12.527/2011](#) (LAI), que instituem a obrigatoriedade de criação e manutenção do nomeado “*PORTAL DA TRANSPARÊNCIA*”, oportunizando o pleno exercício do controle social, junto aos órgãos da Administração Pública,

**CONSIDERANDO** a necessidade de implementação de novas medidas de controle e fortalecimento da transparência pública, voltadas aos procedimentos de contratação e despesas, executados pelos municípios jurisdicionados, durante o período de pandemia e crise na saúde, decorrentes do “*NOVO CORONAVÍRUS*” (COVID-19), conforme disciplina vigente da [Lei Federal nº 13.979/2020](#),

**CONSIDERANDO** o aumento de procedimentos administrativos deflagrados pelos municípios do Estado do Pará, voltados à realização de contratações e aquisições vinculadas ao enfrentamento da pandemia, com amparo nas regras fixadas pela [Lei Federal nº 13.979/2020](#), o que exige um aumento do exercício do controle externo, sob encargo do TCM PA, do Ministério Público Estadual e das Câmaras Municipais, o qual se faz complementar pelo preconizado controle social,

**CONSIDERANDO** que, de acordo com o art. 71, IX, da [Constituição Federal](#), competem aos Tribunais de Contas, estabelecer prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da Lei,

**CONSIDERANDO** as competências e prerrogativas fixadas ao TCM PA, para edição de Instrução Normativa destinada a assegurar o pleno exercício do controle externo, com a fixação de forma e prazo da remessa de informações e documentos, conforme preconizado, destacadamente, nos termos do art. 1º, inciso IX c/c art. 2º, inciso II, da [LC nº 109/2016](#) c/c art. 1º, inciso VII, §4º e art. 2º, inciso II, do [RITCM PA](#),

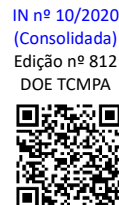
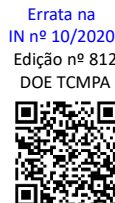
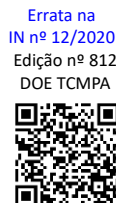
**CONSIDERANDO**, por fim, que é dever da autoridade competente municipal realizar procedimentos que viabilizem o cumprimento da legislação que rege a matéria, para além de ser poder-dever deste TCM PA, por meio de seu controle externo, adotar todas as medidas de caráter pedagógico e fiscalizador, sobre tais procedimentos,

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** O TCM PA realizará monitoramento e fiscalização, em caráter continuado e sistematizado, nos termos desta Instrução Normativa, junto às Prefeituras Municipais do Estado Pará, objetivando a avaliação e adoção de providências previstas na [LC nº 109/2016](#) e pelo [RITCM PA \(Ato nº 16\)](#), inclusive sancionatórias, atinentes ao integral cumprimento das regras específicas de transparência pública, fixadas pela [Lei Federal nº 13.979/2020](#) c/c [Lei Federal nº 12.527/2011](#). (Errata publicada no DOE TCM PA nº 811 de 03/07/2020, p. 2)

**Art. 2º.** As ações de controle externo, previstas no art. 1º, serão executadas pelas Controladorias de Controle Externo, conforme diretrizes aportadas em matriz detalhada, constante do **ANEXO ÚNICO**, desta Instrução Normativa.

**§ 1º.** As avaliações dos entes jurisdicionados ocorrerão a qualquer tempo, sendo obrigatórias, no mínimo, duas vezes a cada semestre, enquanto perdurarem os efeitos da [Lei nº 13.979/2020](#). (IN nº 12/2020/TCMPA)



**§ 1º.** As avaliações dos entes jurisdicionados ocorrerão a qualquer tempo, precedidas por emissão de Ordem Técnica de Serviço, sob encargo da Presidência, que delimitará a metodologia, o período de apuração, indicando data de início e conclusão dos levantamentos das Controladorias de Controle Externo, bem como indicação da data limite de publicação das informações no site do TCM PA, com ocorrência obrigatória mínima, de duas avaliações, por semestre, enquanto perdurarem os efeitos da [Lei Federal nº 13.979/2020](#). (Redação dada pela IN nº 12/2020/TCMPA)

**§ 1º-A.** A Presidência do TCM PA procederá, antes da emissão da Ordem Técnica Interna de Serviço, prevista no § 1º, com a comunicação aos demais Conselheiros, em caráter reservado, objetivando assegurar o sigilo na ação de controle externo. (Incluído pela IN nº 12/2020/TCMPA)

**§ 2º.** Ficará a cargo das Controladorias de Controle Externo a elaboração de relatórios internos, os quais serão submetidos aos respectivos Conselheiros-Relatores, conforme prevenção por distribuição, na forma regimental.

**§ 3º.** O Conselheiro-Relator notificará o jurisdicionado quando for observado o não cumprimento do ponto de controle avaliado.

**§ 4º.** O jurisdicionado terá 10 (dez) dias para encaminhar justificativa ou comprovar o saneamento da falha.

**§ 5º.** Compete ao Conselheiro-Relator, a qualquer tempo, desde que fundamentado nas avaliações elaboradas pela área técnica deste TCM PA, encaminhar “Notícia de Fato” ao Ministério Público Estadual, preferencialmente junto à Promotoria local, bem como às respectivas Câmaras Municipais, para que desenvolvam, em conjunto, ações próprias de controle externo do Chefe do Executivo Municipal.

**Art. 3º.** Compete ao Chefe do Executivo Municipal, nos termos da [Lei Federal nº 13.979/2020](#), vigente desde **07/02/2020**, ultimar todas as providências administrativas necessárias à disponibilização, em ambiente virtual (internet), das licitações, contratações e demais atos administrativos, com pertinência ao enfrentamento da pandemia da COVID-19, conforme detalhamento consolidado nos termos do **ANEXO ÚNICO**, desta Instrução Normativa.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** Os prazos para alimentação e atualização de informações, sob responsabilidade do Chefe do Poder Executivo Municipal, observadas as diretrizes fixadas nas [Leis Federais nº 13.979/2020](#) e nº [12.527/2011](#), estão detalhadas nos termos da matriz de análise, constante do **ANEXO ÚNICO**, já referenciado. (Errata publicada no DOE TCM PA nº 811 de 03/07/2020, p. 2)

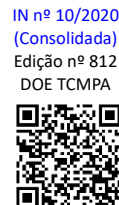
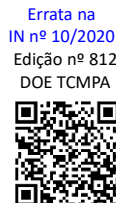
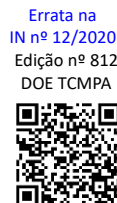
**Art. 4º.** Compete ao Chefe do Executivo Municipal, no prazo máximo de 15 (quinze) dias da data da publicação desta Instrução Normativa, adotar as providências necessárias à alimentação das informações e documentos relacionados, inserindo, inclusive, aqueles que tenham ocorrido em data anterior a sua vigência.

**Art. 5º.** A inobservância da forma e prazo de disponibilização e manutenção de informações e documentos, nos termos desta Instrução Normativa, autorizarão a fixação de medidas cautelares e aplicação de multas, a critério do Conselheiro-Relator, sem prejuízo das demais sanções e repercussões estabelecidas pela [LC nº 109/2016](#) e [Regimento Interno](#) deste Tribunal, junto à prestação de contas anual de governo do Chefe do Executivo Municipal, para o exercício de 2020.

**Art. 6º.** As informações publicadas em *site* específico, relacionadas as ações de combate ao “**NOVO CORONAVÍRUS**” (**COVID-19**) não eximem a obrigatoriedade do jurisdicionado em alimentar tais dados nos campos próprios do Portal da Transparência do Município, nos termos da [Lei Complementar nº 131/2009](#) e da [Lei Federal nº 12.527/2011](#).

**Art. 6º-A.** Sem prejuízo das disposições fixadas nos artigos 2º e 5º desta Instrução Normativa, os resultados obtidos pelas Controladorias de Controle Externo, no monitoramento e fiscalização dos Portais da Transparência relacionados à COVID-19 serão consolidados para disponibilização em ambiente eletrônico, no site do TCM PA. (Incluído pela IN nº 12/2020/TCMPA)

**§ 1º.** Competirá ao Núcleo de Assessoramento Técnico a coordenação da consolidação das informações estabelecidas no caput deste artigo. (Incluído pela IN nº 12/2020/TCMPA)



**§ 2º.** Competirá à Assessoria de Comunicação a disponibilização das avaliações dispostas no art. 1º no site do TCM PA. (Incluído pela IN nº 12/2020/TCMPA)

**Art. 6º-B.** As informações disponibilizadas no site do Tribunal, de acesso público e irrestrito, observarão as seguintes diretrizes: (Incluído pela IN nº 12/2020/TCMPA)

**I –** Tabulação ordinatória dos municípios de acordo com o percentual de atendimento da matriz prevista no **ANEXO ÚNICO**, desta Instrução Normativa; (Incluído pela IN nº 12/2020/TCMPA)

**II –** Classificação dos municípios, com base em conceitos parametrizados a partir do percentual de atendimento da matriz, nas seguintes faixas: (Incluído pela IN nº 12/2020/TCMPA)

- a) ÓTIMO: 100% de atendimento;** (Incluído pela IN nº 12/2020/TCMPA)
- b) BOM: 75% a 99% de atendimento;** (Incluído pela IN nº 12/2020/TCMPA)
- c) REGULAR: 50% a 74% de atendimento;** (Incluído pela IN nº 12/2020/TCMPA)
- d) RUIM: 1% a 49% de atendimento;** (Incluído pela IN nº 12/2020/TCMPA)
- e) PÉSSIMO: 0% de atendimento.** (Incluído pela IN nº 12/2020/TCMPA)

**III –** Indicação do período de apuração, com base no que for fixado pela Ordem Técnica Interna de Serviço: (Incluído pela IN nº 12/2020/TCMPA)

**§ 1º.** As informações ficarão disponibilizadas no site do TCM PA até que ocorra uma nova rodada de consolidação de informações, preservando-se, em todo caso, as informações da(s) rodada(s) anterior(es). (Incluído pela IN nº 12/2020/TCMPA)

**§ 2º.** Somente nas hipóteses de comprovado erro material ou formal, indicado e comprovado pelo jurisdicionado perante o TCM PA, proceder-se-á com a retificação das informações disponibilizadas ao acesso público, na forma do art. 6º-A. (Incluído pela IN nº 12/2020/TCMPA)

**§ 3º.** Nos termos do previsto no § 1º, do art. 2º desta Instrução Normativa, serão realizadas a cada semestre, obrigatoriamente, duas rodadas de verificação e de publicização das informações apuradas, junto aos sites específicos vinculados às contratações, despesas e demais procedimentos administrativos relacionados ao enfrentamento da pandemia do “NOVO CORONAVÍRUS” dos municípios jurisdicionados. (Incluído pela IN nº 12/2020/TCMPA)

**Art. 7º.** Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

**Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 03 de junho de 2020.**

**FRANCISCO SÉRGIO BELICH DE SOUZA LEÃO**  
Conselheiro/Presidente/TCMPA

**JOSÉ CARLOS ARAÚJO**  
Conselheiro/Vice-Presidente/TCMPA

**SEBASTIÃO CEZAR LEÃO COLARES**  
Conselheiro/Corregedor/TCMPA

**MARA LÚCIA BARBALHO DA CRUZ**  
Conselheira/Ouvidora/TCMPA

**LUIS DANIEL LAVAREDA REIS JUNIOR**  
Conselheiro/Presidente da Câmara Especial/TCMPA

**ANTONIO JOSÉ COSTA DE FREITAS GUIMARÃES**  
Conselheiro/Vice-Presidente da Câmara Especial/TCMPA

**SÉRGIO FRANCO DANTAS**  
Conselheiro-Substituto/TCMPA



**ANEXO ÚNICO: (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 10/2020/TCMPA)**

ÓRGÃO	ENQUADRAMENTO	CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO	LEGISLAÇÃO	ATUALIZAÇÃO	DETALHAMENTO
PM	INSTITUCIONAL	SITE	Art. 4º, § 2º, Lei nº <a href="#">13.979/2020</a>	PERMANENTE	A prefeitura deverá possuir <i>site</i> próprio ou, temporariamente, <i>link</i> ou <i>banner</i> sobre o tema COVID-19, disponibilizados em local de fácil acesso, na página principal do <i>site</i> , em indicativo que direcione para uma página específica para tratamento de todos os assuntos relacionados na <i>Lei nº 13.979/2020</i> , onde o cidadão consiga acessar as informações sobre Transparência Pública relacionados à pandemia.
PM	LICITAÇÕES E CONTRATOS	NOME DO CONTRATADO CNPJ OU CPF DO CONTRATANTE VALORES DOS CONTRATOS VIGÊNCIAS CONTRATUAIS NÚMEROS DOS PROCESSOS CONTRATOS	Art. 4º § 2º C/C Art. 4º-G; Art. 4º-H, <i>Lei nº 13.979/2020</i>	ATÉ 7 DIAS	Em campo específico sobre licitações e contratos, dentro do <i>site</i> relacionado às informações sobre a COVID-19, a PM deverá informar em um "quadro resumo" o nome do contratado, nº de inscrição na Receita Federal (CNPJ ou CPF), valor do contrato (Total e Unitário), vigência contratual, o número do processo que gerou tal contratação e, para <i>download</i> , o contrato, termo aditivo ou ata de adesão. Todos os documentos disponíveis deverão estar sempre em formato aberto (TXT, DOC, XLS ou outro compatível), com uma função de busca que permita o rápida e fácil acesso das referidas informações avaliadas. <b>OBS:</b> As informações publicadas em <i>site</i> específico relacionadas a ações de combate a COVID-19, não exime a obrigatoriedade do jurisdicionado em alimentar tais dados nos campos próprios do Portal da Transparência do Município, nos termos da <i>Lei Complementar nº 131/2009</i> e da <i>Lei nº 12.527/2011</i> .
PM	TRANSPARÊNCIA PASSIVA	EXISTÊNCIA DE E-SIC	Art. 6º- B, <i>Lei nº 13.979/2020</i> C/C Art. 8º, § 3º, inciso VII, <i>Lei nº 12.527/2011</i>	PERMANENTE	Verificar se dentro do <i>site</i> próprio ou página específica relacionados à COVID-19 existe E-SIC e realizar o teste de cadastramento, bem como o envio de mensagem. O item só será validado mediante o texto em tela: "mensagem enviada", "enviado com sucesso" ou algo do gênero.
PM	TRANSPARÊNCIA PASSIVA	EXISTÊNCIA DE OUVIDORIA	Art. 6º- B, <i>Lei nº 13.979/2020</i> C/C Art. 8º, § 3º, inciso VII, <i>Lei nº 12.527/2011</i>	PERMANENTE	Verificar se dentro do <i>site</i> próprio ou página específica relacionados à COVID-19 existe Ouvidoria e realizar o teste de cadastramento, bem como o envio de mensagem. O item só será validado mediante o texto em tela: "mensagem enviada", "enviado com sucesso" ou algo do gênero. <b>OBS:</b> Em Ouvidoria deverá conter em "assunto" botão onde o usuário marcará sobre o tema desejado, seja ele: Sugestão, Reclamação, Dúvidas ou Elogios.
PM	LEGISLAÇÃO	ATOS NORMATIVOS RELACIONADOS A COVID-19	Art. 3º; caput, Inciso II e III e § 7º, <i>Lei nº 13.979/2020</i>	ATÉ 7 DIAS	Disponibilizar Relação das Leis Municipais ou Decretos com identificação do Número da Lei/Decreto + Ementário (referência do que trata a Lei), bem como a disponibilização do documento. <b>OBS:</b> As informações publicadas em <i>site</i> específico relacionadas a ações de combate a COVID-19 não exime a obrigatoriedade do jurisdicionado em alimentar tais dados nos campos próprios Portal da Transparência do Município, nos termos da <i>Lei Complementar nº 131/2009</i> e da <i>Lei nº 12.527/2011</i> .
PM	TRANSPARÊNCIA PASSIVA	FERRAMENTA DE PESQUISA NO SITE DO COVID-19	Art. 4º, § 2º, Lei nº <a href="#">13.979/2020</a> C/C Art. 8º, § 3º, inciso I, <i>Lei nº 12.527/2011</i>	PERMANENTE	Verificar se a ferramenta de pesquisa está funcionando na íntegra para qualquer assunto/item do <i>site</i> . Importante observar que caso a pesquisa direcione para a plataforma do Google a avaliação será considerada como inválida, apenas conteúdo do próprio <i>site</i> poderá ser considerado.
PM	TRANSPARÊNCIA PASSIVA	GRAVAÇÃO DE RELATÓRIO EM DRIVE	Art. 4º, § 2º, Lei nº <a href="#">13.979/2020</a> C/C Art. 8º, § 3º, inciso II, <i>Lei nº 12.527/2011</i>	PERMANENTE	Em campo específico sobre licitações e contratos deverão estar disponíveis as informações referentes ao "quadro resumo", além dos contratos, termos aditivos ou atas de adesão para <i>download</i> em formato aberto (TXT, DOC, XLS ou outro compatível).
PM	TRANSPARÊNCIA PASSIVA	ACESSIBILIDADE DE CONTEÚDO PARA PESSOAS DEFICIENTES	Art. 4º, § 2º, Lei nº <a href="#">13.979/2020</a> C/C Art. 8º, § 3º, inciso VIII, <i>Lei nº 12.527/2011</i>	PERMANENTE	Verificar se no <i>site</i> ou <i>link</i> para assuntos relacionados à COVID-19 está funcionando o contraste de cores e aumento de fonte.